

BANCÁRIOSRO



Informativo do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - Dezembro de 2018

www.bancariosro.com

RETROSPECTIVA 2018

Nesta edição especial relembre as frases, os fatos e as imagens que marcaram a vida dos bancários e trabalhadores do ramo financeiro neste ano que se encerra

JANEIRO

Em reunião com superintendente, Sindicato cobra garantias para os funcionários do BB em Rondônia

Em reunião realizada no dia 13/1, a Superintendência do Banco do Brasil garantiu a dirigentes do Sindicato que o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), anunciado pelo banco no dia 5 de janeiro, não causaria descomissionamentos no Estado pois, segundo o banco, não haveria qualquer caso de realocação compulsória. Contudo as agências de Cerejeiras, Nova Brasilândia e Urupá teriam redução no quadro de caixas.

O BB também anunciou que seriam criadas 67 novas dotações no Estado, e que a maioria dos empregados seria aproveitada na capital.

O superintendente do BB em

Rondônia, Felipe Zanella, acompanhado da Gerente de Administração Eliane Aparecido da Silva Perpétuo, informou ainda que houve redução na dotação de caixas em Porto Velho. O banco garantiu que não houve perda de comissão em nenhum dos casos e que o saldo de escriturários na capital é a maior.

Ele garantiu também que não houve perda de remuneração de quem passou de carteira Pessoa Jurídica para carteira Pessoa Física, "que isso será preservado".

O Sindicato requereu o relatório da SuperBB com detalhes exatos de como seria feita a distribuição dessas novas dotações no Estado.



Comando antecipa calendário e reafirma importância da defesa da democracia

Em reunião realizada no dia 25 de janeiro, em Porto Alegre, o Comando Nacional dos Bancários antecipou o calendário da Campanha Nacional de 2018 e reafirmou a importância da defesa da democracia no Brasil. Após amplo debate, o Comando marcou a Conferência Nacional dos Bancários para os dias 8, 9 e 10 de junho, na quadra dos bancários de São Paulo.

Definiu também que os encontros de bancos públicos e de bancos privados sejam realizados dois dias antes da Conferência Na-

cional, também em São Paulo, em locais a serem definidos. O número de delegados participantes dos encontros deverá ser o mesmo do ano passado.

Todos os encontros nacionais e a Conferência Nacional serão precedidos de eventos regionais e estaduais.

O Comando Nacional, coordenado pela Contraf-CUT, representa a grande maioria das federações e de sindicatos de bancários do país, em cujas bases trabalham cerca de 95% da categoria em todo o país.

FEVEREIRO

Bancários protestam contra tentativa do Itaú implantar a 'deforma' trabalhista

Bancários de Rondônia fecharam por duas horas, na manhã do dia 1/2, a principal agência do Itaú em Porto Velho, na avenida Dom Pedro II com José de Alencar, no Centro, em protesto contra a tentativa do Itaú de implantar a 'deforma trabalhista' (que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017) por meio de um de seus pontos mais nocivos: a não homologação das rescisões de contrato de trabalho via sindicato dos trabalhadores.

O Itaú, através de seu diretor de RH e Relações Sindicais, Sérgio Farjeman, anunciou naquela semana que as homologações das rescisões dos trabalhadores demitidos não serão mais feitas nos sindicatos, ou com a participação dos sindicatos.



Em dezembro o banco também havia tentado promover alterações com relação à definição da data e período de férias. Havia estipulado

que seus departamentos Jurídico e de RH definiriam novas regras de acordo com as mudanças da nova lei trabalhista.

Santander demite funcionário lesionado pela terceira vez

No dia 5/2 o banco demitiu, pela terceira vez, um funcionário que é portador de doença ocupacional (LER/Dort) e que já havia sido reintegrado duas vezes, sendo a última em junho de 2016, quando a 4ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional da 14ª Região anulou a sua segunda demissão.



Bancários de Rondônia foram às ruas contra a reforma da previdência



Os bancários de Rondônia foram às ruas, na manhã do dia 19/2, em protesto contra a reforma da previdência, que vinha sendo implacavelmente defendida pelo governo Temer e seus aliados e que poderia ser votada a qualquer momento, mesmo com a unânime rejeição da opinião pública.

O ato, que contou com a participação de estudantes, agricultores, educadores e demais trabalhadores representados por sindicatos e centrais sindicais, tomou as ruas do Centro de Porto Velho e levou à população em geral a revolta da classe trabalhadora contra mais essa tentativa de retirar direitos e acabar com a aposentadoria pública.

MARÇO

Sindicato participa de marcha em defesa dos direitos das mulheres



As bancárias e trabalhadoras do ramo financeiro de Rondônia se fizeram representadas por dirigentes e funcionários do Sindicato na manhã do dia 08 de março, no ato público promovido por sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais para celebrar o Dia Interna-

cional da Mulher.

O manifesto começou com concentração em frente ao prédio da Eletrobrás Rondônia, e depois saiu em marcha pelas principais ruas do Centro de Porto Velho, com homens, mulheres e idosos chamando a atenção da sociedade para a ne-

cessidade do combate a qualquer forma de preconceito, discriminação e violência contra a mulher, bem como pela luta permanente contra as iniciativas do governo federal - e seus patrocinadores e aliados - em retirar direitos trabalhistas e previdenciários.

Número expressivo de invasão e arrombamento de agências preocupa

Os sucessivos casos de invasão e arrombamento de agências bancárias, explosões de caixas eletrônicos e, principalmente, o roubo de armas de vigilantes registrados nos últimos meses até março, causou preocupação aos dirigentes do Sindicato, que acreditam que, embora sejam ações criminosas praticadas

no período noturno (geralmente às madrugadas), quando não há a presença de funcionários, podem contribuir para futuras ações que colocarão em risco a integridade física e psicológica do trabalhador.

Os bancos continuam descumprindo a Lei nº 4.905, de 26 de junho de 2017, que determina que os

bancos com sede no Estado devem manter vigilância armada 24 horas por dia nas agências - inclusive nos finais de semana e feriados - sob pena de multa diária no valor de 5 mil UPF (Em Rondônia, é de R\$ 65,21) caso haja descumprimento e, em caso de reincidência, cobrada em dobro.

9º Coban definiu luta pelo emprego e contra a retirada de direitos

O 9º Congresso dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro

do Estado de Rondônia foi realizado nos dias 24 e 25 de março, no Ma-

ximus Hotel, em Ji-Paraná, com mais de 100 representantes das cooperativas de crédito e agências bancárias existentes no Estado, e debateu temas como assédio moral, defesa do emprego, saúde, segurança, igualdade de oportunidade, contratação de funcionários e qualidade do ambiente de trabalho, terceirização e nova lei trabalhista, o que permitiu a elaboração da pauta de reivindicação de ambos os segmentos do ramo financeiro.

O 9º Coban contou com as palestras sobre Análise de Conjuntura Nacional, com o renomado líder sindical Miguel Pereira, sobre leis e direitos trabalhistas, com o advogado Felipe Roberto Pestana e com a diretora executiva da Contraf-CUT Deise Recoaro, sobre os possíveis rumos do sindicalismo.



ABRIL

Sindicato firma acordo com a Caixa para pagamento de indenizações de quebra de caixa a tesoureiros e caixas



O Sindicato e o departamento jurídico da Caixa Econômica Federal firmaram, em março, um acordo para dar celeridade ao pagamento das indenizações relativas à gratificação de quebra de caixa a empregados que atuam como caixa e tesoureiro, conquistadas por meio de ação coletiva impetrada pelo Sindicato e que contempla mais de 80 empregados da Caixa.

Somados, os valores de indenizações de quebra de caixa desta ação coletiva ultrapassam R\$ 7 milhões, referentes aos retroativos

dos últimos cinco anos, e serão repassados aos caixas e tesoureiros.

Além destes valores, os empregados receberão o valor de R\$ 1.428,00 como verba 'quebra de caixa' no contra-cheque, o que representa um acréscimo de aproximadamente 30% em seus rendimentos mensais para os caixas, por exemplo.

O acordo entre o Sindicato e a Caixa foi aprovado por unanimidade em assembleia geral extraordinária realizada como empregados do banco na sede do SEEB-RO na tarde do dia 3 de abril.

Sindicato inicia processo eleitoral para o quadriênio 2018/2022

O SEEB-RO iniciou os trâmites do processo eleitoral para definir a diretoria para o quadriênio 2018/2022.

A comissão eleitoral foi eleita em assembleia geral extraordinária realizada no dia 29 de março e o edital da eleição foi publicada no dia 2 de abril.

A comissão eleitoral foi formada pelo presidente Raimundo Bezerra Neves (SITIBRON), pelo vice-presidente João Anselmo de Oliveira (SINTTEL), Elenice Macharett (SINTES/RO) e José de Souza Fagundes (Bradesco) como membros e Quiviane Bispo de Souza Melo como suplente.

5º Congresso elege nova diretoria da Contraf-CUT

O 5º Congresso Nacional da Contraf-CUT elegeu por unanimidade, na manhã do dia 7/4, a nova diretoria para a gestão

2018/2022.

Juventia Moreira foi eleita presidenta da Contraf-CUT para a nova gestão.



MAIO

Sindicato inicia processo da Consulta Nacional 2018 em RO

O SEEB-RO começou, no dia 7 de maio, o processo de consulta aos bancários de todo o Estado a definirem suas principais preocupações e necessidades em relação à Campanha Nacional dos Bancários 2018.

O Comando Nacional dos Bancários definiu os principais temas que estarão no questionário, que foi entregue pelos sindicatos aos bancários e às bancárias de base.

O objetivo da pesquisa era buscar maior participação da

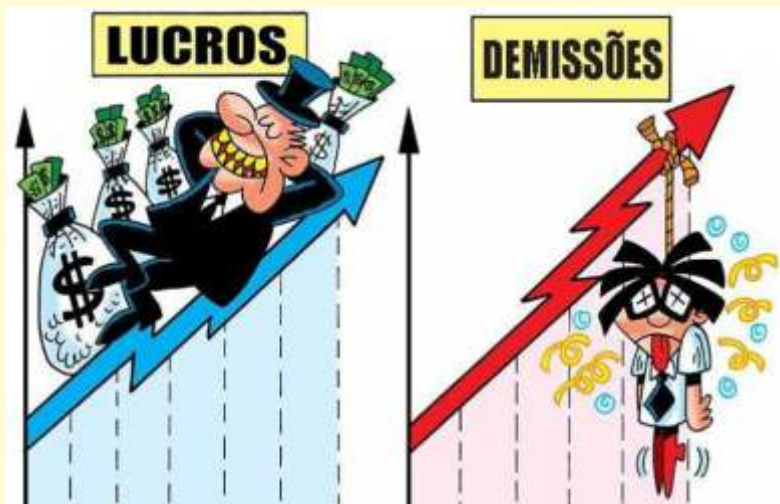
categoria na construção da pauta nacional de reivindicações.

A consulta foi aplicada, sobretudo, para aferir quais eram as prioridades, demandas e principais preocupações dos bancários e bancárias de todo país.

Os resultados obtidos serviram de base para a elaboração da minuta nacional de reivindicações, que seria entregue à Fenaban.

O resultado final da consulta foi apresentado durante a 20ª Conferência Nacional dos Bancários.

Bancos cortaram mais de 56 mil postos de trabalho desde 2012



Os grandes bancos que atuam no Brasil também têm contribuído com a elevação do desemprego. Desde 2012, o setor, que registra sucessivos lucros bilionários, cortou cerca de 56 mil postos de trabalho no país. O maior movimento de fechamento de vagas se deu nos últimos três anos, com cerca de 50 mil cortes.

Em 2017 Bradesco, Itaú, Santander e Banco do Brasil – as quatro maiores instituições com

ações listadas na Bolsa – somaram R\$ 57,63 bilhões em lucros. Em 2016, esse número foi de R\$ 50,2 bilhões e, em 2015, alcançaram a cifra de R\$ 61,9 bilhões.

Já o fechamento de vagas – diferença entre demitidos e contratados – foi de 17.905, em 2017, depois de ter alcançado 20.553 no ano anterior. Mesmo em 2015, quando os lucros foram recordes, 9.886 postos de trabalho foram extintos.

TST decide que trabalhador que perder ação não paga processo

Quem entrou com uma ação trabalhista antes da reforma e perder na Justiça o direito à indenização não vai mais precisar pagar os custos do processo, seja a perícia ou os honorários advocatícios.

A proposta é da Comissão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), responsável por avaliar a reforma trabalhista, e foi apresentada no dia 16/1.

JUNHO

Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de casa nova

O SEEB-RO inaugurou, no dia 4 de maio, sua nova sede administrativa, localizada na Rua Almirante Barroso, nº 1275, subesquina com Marechal Deodoro, no bairro Santa Bárbara, região central de Porto Velho.

Um grandioso prédio de dois pisos que possui um auditório com capacidade para aproximadamente 170 pessoas sentadas - que conta com sala de operação de áudio e vídeo - um amplo estacionamento e salas que atendem com conforto e

comodidade todas as secretarias, além de uma Central de Processa-

mento de Dados e um forte sistema de segurança interna e externa.



Chapa "Unidade, Transparência e Luta" é eleita com aprovação de 97,17%

Com 97,17% dos 1.747 votos válidos a favor, a Chapa 1 "Unidade, Transparência e Luta" - encabeçada pelo bancário José Pinheiro, do Bradesco (antigo HSBC) - foi eleita, no dia 6 de junho, para administrar o SEEB-RO no quadriênio 2018/2022.

A votação começou na manhã do dia 4/6, segunda-feira, e se encerrou na quarta-feira, 6/6, com urnas itinerantes que percorreram todas as agências bancárias e cooperativas de crédito do Estado, mais a



urna fixa na nova sede administrativa do SEEB-RO, no bairro Santa Bárbara.

A apuração dos votos começou às 17 horas do mesmo dia e se encerrou às 19h30.

Bancários abrem campanha nacional 'por direitos, empregos e pelo Brasil'

Reunidos na 20ª Conferência Nacional – realizada entre os dias 8 e 10 de junho, em São Paulo, os 627 delegados deixaram claro que as preocupações eram muitas.

A reforma trabalhista e a lei da terceirização trouxeram problemas como a legalização do uso abusivo da mão de obra precária, a possibilidade da contratação por empreitada com trabalho intermitente, a



"pejotização" e até a possível perda dos direitos previstos do acordo vi-

gente caso este não fosse renovado até a data-base, 1º de setembro.

Bancários entregam pauta de reivindicações aos bancos



TODOS POR TUDO
RESISTIR E VENCER

Aumento real, PLR maior, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho para todos, manutenção dos direitos, dos empregos e que qualquer tipo de alteração na forma de contratação seja feita via negociação coletiva. Essas foram algumas das prioridades dos bancários na pauta de reivindicações entregue pelo Comando Nacional à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no dia 13 de junho.

JULHO

Cooperativários do Credisis aprovam proposta de 5% de reajuste salarial e 17,65% nos tíquetes



Em assembléia geral realizada no dia 5 de julho, em Ji-Paraná, os funcionários das cooperativas de crédito do sistema Credisis aprovaram a proposta patronal de reajuste

salarial de 5% (que reflete também nos anuênios) e de reajuste de 17,65% nos tíquetes, além do 13º tíquete no mesmo valor.

Funcionários do Sicoob rejeitam proposta de aumento de 3% nos salários e 6% nos tíquetes

Em assembléia geral realizada no dia 12/7, os funcionários das cooperativas de crédito do sistema Sicoob rejeitaram, por unanimidade, a proposta patronal de reajuste salarial de 3% e reajuste de 6% nos

tíquetes. Os trabalhadores entenderam que o ramo de cooperativas de crédito cresce nos últimos anos e que, mesmo em tempos de crise econômica, o sistema Sicoob tem plenas condições de atender as

reivindicações, que são aumento de 5% nos salários e tíquete alimentação de R\$ 1.000,00 ao mês. O Sindicato informou ao sistema o resultado da assembléia geral e requereu a reabertura das negociações.

Promessa de Temer fracassa e emprego formal despenca com reforma trabalhista

O governo de Michel Temer e seus aliados lançaram a narrativa de que a reforma trabalhista acabaria com o desemprego no País e faria a economia voltar a crescer. Tentaram fazer os brasileiros acredita-

rem que a perda de direitos e a criação de vagas de trabalho intermitentes abririam um milhão de vagas de trabalho em apenas um ano.

Mas o que se viu até aquele momento foi o fechamento de três mi-

lhões de vagas formais durante a crise econômica e o número de desempregados no País chegou a 13,2 milhões de pessoas. Se comparado com 2014, o número de desempregados cresceu 94,2%.

Na quarta rodada de negociação, bancos se recusam a garantir empregos

Na quarta rodada de negociação da Campanha 2018, realizada no dia 25/7, o Comando Nacional dos Bancários cobrou dos negociadores da Fenaban uma garantia para os empregos e a contratação de bancários com todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, independente da remuneração ou escolaridade. E que os novos tipos de contratos previstos pela nova 'lei patronal', como intermitente, temporário e terceirizado, só possam ser feitos mediante negociação com os sindicatos.

Os bancos reconheceram esses dados e afirmaram não querer



promover demissões ou troca de bancários por empregados precarizados. Mas foram contraditórios ao

falar em “confiança” e se recusar a colocar isso na Convenção Coletiva de Trabalho.

Bancos fecharam 2.846 postos de trabalho no primeiro semestre de 2018

Os bancos fecharam 2.846 postos de trabalho no país, entre janeiro e junho de 2018, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (Caged), divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Contra-

CUT, no dia 23/7.

A análise por Setor de Atividade Econômica revela que os “Bancos múltiplos com carteira comercial”, categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 1.804 postos nos seis primeiros meses do ano. No caso da Caixa, devido, em grande parte, ao “Programa de Desligamento de Empregados”, lançado em 22 de fevereiro, o fechamento foi de 1.101 postos no período.



AGOSTO

Bancários de Rondônia aprovam proposta

Os bancários aprovaram, por unanimidade, na noite do dia 29/8, em assembleia geral realizada na sede do SEEB-RO, em Porto Velho, a proposta apresentada pela Fenaban de reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,18% sobre uma inflação do INPC projetada em 3,78%), além da garantia de manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) válida para os empregados de bancos públicos e privados do Brasil, em acordo válido por dois anos.

Assim, fica garantida, até 2020, a manutenção de todos os direi-

tos e a reposição total da inflação (INPC), mais 1% de aumento real para salários e demais verbas em 1º de setembro de 2019. Os bancos assumiram, ainda, compromisso de que não farão a substituição de bancários por trabalhadores precarizados, como terceirizados.

Foram mais de dois meses de negociações (iniciadas em junho) entre o Comando Nacional dos Bancários com os representantes dos bancos, e somente no dia 25/8, a Fenaban enfim apresentou uma proposta que contemplava ganho real e, sobretudo, a garantia de não retirada de direitos.



Contribuição negocial é aprovada pelos trabalhadores

O acordo aprovado pelos bancários em assembléias gerais prevê também contribuição negocial de 1,5% sobre o salário e PLR dos trabalhadores, com teto. Esse percentual é menor do que a soma do imposto sindical (que era de 3,33% ou um dia de trabalho descontado em março, sem teto) e da

contribuição assistencial.

O SEEB-RO sempre defendeu que a contribuição aos sindicatos fosse definida em assembleia, de forma democrática, pelos bancários. Foi o que ocorreu na assembleia geral do dia 29/8, com a aprovação da contribuição negocial por unanimidade.



CCT é assinada e assegura direitos por dois anos

Os sindicatos representantes de bancários de instituições públicas e privadas assinaram, no dia 31/8, com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), a Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 e os acordos aditivos do Banco do Brasil e da Caixa Federal, válidos pelo mesmo período.

Com isso foram mantidos todos os direitos previstos na Convenção Coletiva, que os bancos propuseram retirar ao longo das mesas de negociação.



SETEMBRO

Assinado acordo específico do Santander

A Contraf-CUT, federações e sindicatos assinaram na no dia 14/9 o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do banco Santander, aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, que terá validade até 2020.

Também foram assinados o acordo específico do Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) e os termos de com-

promisso para manutenção do Banesprev e da Cabesp.

O acordo aditivo do Santander é originário do extinto Banespa e, mesmo após a privatização do banco, foi mantido até os dias de hoje graças à luta dos trabalhadores. Ele tem cláusulas específicas para trabalhadores oriundos do Banespa, mas a maioria delas transportadas para todos os bancários do grupo.

Entidades debatem pagamento da PLR 2018 com Banco da Amazônia

O pagamento da PLR 2018 dos empregados do Banco da Amazônia esteve na pauta da mesa permanente com o Sindicato dos Bancários do Pará, Contraf-CUT e Fetec-CUT Centro Norte realiza-

da no dia 20.

O banco apresentou o balanço dos indicadores de metas e demonstrou que o pagamento da PLR Social estaria garantido.

Banco da Amazônia é condenado a pagar mais de R\$ 1 milhão de 7ª e 8ª horas a cinco supervisores

A 2ª Turma do Tribunal do Trabalho da 14ª Região (TRT 14) negou provimento ao recurso interposto pelo Banco da Amazônia e confirmou, no dia 15, a manutenção da sentença de primeira instância (2ª Vara do Trabalho) que condenou o banco a pagar R\$ 1.044.704,62, referentes às 7ª e 8ª horas a cinco supervisores, de 24 de junho de 2016 até os dias atuais. Os valores são totais, e equivalem às 7ª e 8ª horas trabalhadas, como extraordinárias, vencidas e vincendas, considerando a evolução salarial dos empregados, os dias trabalhados, as parcelas salariais (Súmula 264 do c. TST), in-

clusive a gratificação semestral paga mensalmente, o adicional de 50% e o divisor de 150, com reflexos em Descansos Semanais Remunerados, 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e FGTS durante todo o período não prescrito em que exerceram a função gratificada de Supervisor.

A ação foi conduzida pelos advogados Castiel Ferreira de Paula e Kátia Pullig, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que responde pela assessoria jurídica do Sindicato.

Processo Nº
0000768-40 2016 5 14 0004

União de Bancos garante título da 1ª Copa Bancária

A final da 1ª Copa Bancária de Futebol, entre os times da União de Bancos e do Sicoob, foi realizada no dia 15/9, no Clube de Campo do SEEB-RO, em Porto Velho. O Sicoob venceu o jogo por 2 a zero, já no segundo tempo, quando tomou uma incrível virada da União de Bancos, que fez três gols em poucos minutos. O Sicoob ainda

conseguiu o empate antes do apito final, e por isso o jogo foi prorrogado. Na etapa complementar, o time da União de Bancos conseguiu fazer mais dois gols e levou apenas um do Sicoob, e por isso sagrou-se campeão do torneio, que contou ainda com os times do Bradesco e Itaú, que ficou em terceiro lugar.

OUTUBRO

Sindicato doa mais de 300 quilos de alimentos em Porto Velho

O SEEB-RO entregou, no dia 10 de outubro, mais de 300 quilos de alimentos não-perecíveis para o Projeto Levanta-te E Anda, criado e executado pela Casa de Apoio da Arquidiocese de Porto Velho, localizada na zona Sul da capital.

Os alimentos foram frutos das doações feitas por bancários, cooperativários e demais convidados do Jantar Dançante alusivo ao Dia do Bancário 2018, evento realizado dia 25 de agosto e que foi formado ainda pela posse da diretoria eleita para administrar o Sindicato no quadriênio 2018/2022.



Bancos demitiram quase 25 mil de janeiro a setembro

As instituições bancárias demitiram 24.025 trabalhadores nos nove primeiros meses de 2018, segundo análise elaborada pelo Dieese, com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. No mesmo período

dos bancos contrataram 22.284 pessoas, restando um saldo de 1.741 postos de emprego bancário a menos em todo o país. Os estados que mais perderam vagas foram Rio de Janeiro (-744), Paraná (-302) e Distrito Federal (-207).

Seria uma boa a notícia de que o setor bancário está mais contratando do que demitindo. Mas os novos contratados têm remuneração muito inferior à que era paga aos trabalhadores que perderam seus empregos.

Entidades assinam Acordo Coletivo e de PLR com Banco da Amazônia

Após 43 dias do encerramento da Campanha Nacional 2018 na instituição, o Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020 e o Acordo de PLR 2018 foram assinados pelo

Sindicato dos Bancários do Pará, Contraf-CUT e Fetec-CUT Centro Norte, na tarde do dia 18 de outubro, na matriz do Banco, em Belém.

Pelo acordo assinado, a PLR 2018 será paga em abril de 2019. De acordo com a explanação apresentada pelo Banco da Amazônia a PLR Social já está garantida.

Mais de 109 mil trabalhadores fizeram acordo de demissão e perderam direitos

A demissão por comum acordo entre patrão e trabalhador, sem a presença do sindicato da categoria, criada pela reforma Trabalhista, tem aumentado no País.

De acordo com o Caged, desde a aprovação da nova legislação, em novembro do ano passado, 109.508 trabalhadores e trabalhadoras assinaram acordos para rescindir os contratos de trabalho e, com isso, perderam o direito ao seguro-

desemprego, receberam metade do aviso-prévio (em caso de indenização) e apenas 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelo patrão - e não mais os 40% a que tinha direito.



Um dia após eleição, Banco do Brasil anuncia nova reestruturação

O Banco do Brasil anunciou, no dia 29 de outubro, mais uma reestruturação com cortes de 126 cargos e redução de pessoas. Desta vez a tesoura chegou cortando funções nas áreas de Infraestrutura, Serviços e Operações, e ainda nas áreas de atacado.

O anúncio tomou as unidades de surpresa e os sindicatos foram comunicados diretamente pelos funcionários das áreas envolvidas. No mesmo dia, dirigentes sindicais se reuniram com as Gerências Regionais de Pessoas (Gepes) para colher as informações sobre a quan-

tidade de funcionários prejudicados em cada cidade, bem como buscar soluções para a realocação dos mesmos.

Na reunião, o banco informou que 126 cargos serão cortados e 66 funcionários deverão procurar realocação.

NOVEMBRO

Sindicato convoca caixa minuto e tesoureiro minuto para entrar com ações de quebra de caixa

Mais de 80 empregados da Caixa Econômica Federal que exercem as funções de caixa e/ou tesoureiro, tiveram garantidos o benefício da gratificação de quebra de caixa em ações impetradas pelo SEEB-RO no período de novembro de 2011 até o

momento.

Uma considerável parcela desses trabalhadores, inclusive, já recebeu – ou começou a receber – os valores retroativos em seus vencimentos.

O Sindicato convoca agora os

trabalhadores que exerceram, em algum momento nos últimos cinco anos, as funções de caixa minuto e tesoureiro minuto, para que, se tiverem interesse, também busquem na Justiça o direito ao pagamento deste benefício.

Caixa revoga aumento da mensalidade do Saúde Caixa

A Caixa enviou um comunicado a todas suas unidades informando que “em cumprimento ao estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020, informamos a revogação da CI DEPES/SURBE 001/17 #10”, que estabelecia o reajuste dos

percentuais da mensalidade do Saúde Caixa.

A revogação ocorreu em decorrência do Acordo Coletivo dos Trabalhadores (ACT) 2018/2020 entre os empregados e Caixa, que prevê a manutenção dos percentuais, dos

valores e da fórmula de custeio do Saúde Caixa, que prevê a responsabilidade de 100% dos custos administrativos e 70% dos custos assistenciais para a Caixa. Os empregados arcam com 30% dos custos administrativos do plano.

Lucro dos três maiores bancos privados chega a R\$ 44 bi

Os lucros dos três maiores bancos privados do país (Bradesco, Itaú e Santander) somaram R\$ 44 bilhões nos nove primeiros meses de

2018, crescimento médio de 10,1% em doze meses e rentabilidade variando entre 18,7% e 21,7%.

O Santander obteve no Brasil um Lucro Líquido Gerencial de R\$ 8,992 bilhões nos primeiros nove meses de 2018, com crescimento de 24,9% em relação ao mesmo período de 2017.

O Itaú obteve lucro líquido recorrente de R\$ 19,255 bilhões nos

nove primeiros meses deste ano. O montante corresponde a um crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2017.

O Bradesco obteve, nos nove primeiros meses de 2018, lucro líquido recorrente de R\$ 15,734 bilhões, crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período de 2017.

No Brasil os bancos ganham com crise ou sem crise econômica.



Lucro do BB já alcançou R\$ 9,7 bilhões em nove meses

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 9,7 bilhões nos nove primeiros meses deste ano, um crescimento de 22,8% em

relação ao mesmo período de 2017.

O crescimento, contudo, foi acompanhado do fechamento de 2.073 postos de trabalho e de 222

agências entre setembro do ano passado e setembro deste ano. Neste mesmo mês, o banco somava um total de 4.143 agências.

Lucro da Caixa Econômica Federal mais que dobra no 3º trimestre

A Caixa teve forte alta do lucro do terceiro trimestre, apoiada em menores despesas administrativas.

O banco estatal divulgou, no dia 14/11, que seu lucro líquido de julho a setembro somou 4,8 bilhões de re-

ais, montante 122 por cento superior ao resultado registrado no mesmo período de 2017.

Em um ano de vigência, nova Lei Trabalhista só gerou emprego indecente

Além de não gerar os empregos prometidos, a reforma Trabalhista precarizou ainda mais as condições de trabalho no Brasil. A maior parte dos postos de trabalho criados no último ano foi sem carteira assinada, por conta própria, com menos direitos e salários mais baixos. Até agora, o saldo de vagas formais criadas no mercado de trabalho, se-

gundo o Caged, foi de 372.748, muito inferior aos dois milhões prometidos por Temer para aprovar o fim dos direitos trabalhistas.

Por outro lado, a precarização do mercado de trabalho segue crescendo e este ano, de cada 10 brasileiros que estavam trabalhando no terceiro trimestre, cerca de quatro eram informais, apontam os

dados da Pnad Contínua/IBGE.



DEZEMBRO

Bancos ameaçaram retirar cláusula da CCT

Em uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, solicitada pelos bancos, no dia 12, sob alegação de insegurança jurídica, o sindicato dos bancos propôs retirar a cláusula 11ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que trata da gratificação de função, e aplicar a CLT para os bancários comissionados a partir de 1º de janeiro de 2019. A gratificação de função da CCT é de no mínimo 55% do salário, enquanto que na CLT é de 33%.

Durante a audiência, os banqueiros chegaram a sugerir que se cancelasse a CCT e se iniciasse nova negociação partindo do zero. Caso contrário, passariam a cumprir apenas o que determina a CLT (33% de gratificação) a partir de janeiro para todos os funcionários, deixando claro que descumpririam a convenção coletiva.

Após um longo debate, os bancos recuaram e assinaram um termo de compromisso garantindo o cumprimento da CCT.

Funcionários do Sicoob aprovam reajuste nos tíquetes e Acordo Coletivo de Trabalho 2018 enfim é fechado



Em assembleia geral realizada no dia 14, na sede SEEB-RO, em Porto Velho, os funcionários das cooperativas de crédito do sistema Sicoob Norte aprovaram, por unanimidade, a proposta patronal de 3% de reajuste nos salários e 21,2% no tíquete alimentação, colocando um fim ao impasse entre as partes desde o mês de ju-

nho, e que levou o Acordo Coletivo de Trabalho 2018 ao dissídio coletivo, ou seja, foi parar na Justiça do Trabalho. Agora o tíquete passa de R\$ 660 para – no mínimo – R\$ 800 por mês. Os funcionários vão receber os salários e tíquete alimentação já com os novos índices, inclusive com o retroativo da data base (junho).

PCR e bolsas de estudo do Itaú/Unibanco são aprovados em Rondônia para os exercícios de 2019 e 2020

Em assembléia geral realizada no dia 20/12, no Centro de Porto Velho, os funcionários do Itaú aprovaram, por ampla maioria, o Programa Complementar de Resultados (PCR) referente aos exercícios de 2019 e 2020, com índice de reajuste de 9%. O valor do PCR de 2019 (que teve um aumento de 9% em relação ao valor pago este ano) será de R\$ 2.900 para o próximo ano.

Os trabalhadores também aprovaram o bolsa auxílio-educação, com reajuste de 5% para o mesmo período. São 5.500 bol-

sas de estudo disponibilizadas para graduação, segunda graduação e pós-graduação.

Foi feita também, na assembléia, a implantação da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) – formada por representantes do banco e do Sindicato – e que tem caráter extrajudicial, possibilitando ao trabalhador do Itaú buscar soluções para qualquer pendência sem a necessidade de recorrer à Justiça. Quando há conciliação pela CCV, o pagamento acertado entre as partes é feito em até 10 dias úteis.

FORÇA DA CATEGORIA GARANTIU AUMENTO REAL ACIMA DA MÉDIA E DIREITOS DA CCT POR DOIS ANOS

Mesmo em uma conjuntura extremamente desfavorável para os trabalhadores, com a entrada em vigor da nova lei trabalhista (desde novembro de 2017), a categoria bancária foi exemplo de luta em 2018. Na Campanha Nacional deste ano os trabalhadores arrancaram do setor bancário aumento real acima da média dos conquistados por outras categorias no mesmo período, a manutenção de todos os direitos previstos em sua Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e ainda avançaram em algumas novas conquistas.

Contando com a mobilização dos trabalhadores em todo o país, conseguiu reverter os retrocessos propostos pelos bancos, arrancar valorização nos salários e demais verbas e, num momento de incertezas políticas e econômicas, garantir um acordo com validade até 31 de agosto de 2019. As negociações específicas do Banco do Brasil e Caixa foram pelo mesmo caminho e os trabalhadores dos bancos públicos também garantiram seus respectivos acordos, com direitos específicos, por dois anos.

Veja agora as principais conquistas dos bancários na Campanha Nacional 2018.

NOVAS CONQUISTAS

- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado.
- Mantém todos os direitos da CCT ao hipersuficiente (quem ganha a partir de R\$ 11.291,60).
- Horário de almoço poderá ser flexibilizado: quem tem jornada de 6 horas e tiver de fazer hora extra, terá intervalo de almoço de 30 minutos, e não de 1 hora como determina a lei.
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamento fundamental sobre o perfil da categoria para a promoção da igualdade de oportunidades.
- Reajuste de 5% (reposição da inflação mais 1,31% de aumento real) sobre salários e demais verbas como VA, VR, 13ª Cesta e Auxílio-Creche/Babá.
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento.

VEJA NO QUE OS BANCOS RECUARAM APÓS PRESSÃO

- Queriam pagar PLR menor para as bancárias em licença-maternidade. Voltaram atrás e a PLR integral para as mães foi mantida;
- Também queriam pagar PLR proporcional aos trabalhadores e trabalhadoras afastados por doença ou acidente. Este direito também está mantido;
- Mantiveram o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias, previsto na cláusula 65 (bancos queriam reduzir para 90 dias);
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;
- Mantiveram o salário do substituto (cláusula 5ª), que queriam retirar;
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- Voltaram atrás da proposta de extinguir a cláusula 10ª que previa adicional de insalubridade e periculosidade;
- Também voltaram atrás de extinguir a cláusula 11ª, de gratificação de função. A cláusula prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na lei (CLT). Após pressão, manteve-se o mínimo de 55%, sendo que, em caso de ação trabalhista para 7ª e 8ª horas, será descontado o que já foi pago, o que já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista em algumas ações.

AUMENTO REAL FOI ACIMA DA MÉDIA DOS ACORDOS NO SEMESTRE

Levantamento feito pelo Dieese, que levou em consideração 4.659 acordos fechados entre janeiro e julho, mostra que 78% deles tiveram aumento real, e a média foi de 0,97%. Enquanto que o reajuste conquistado pelos bancários, de 5%, representou um aumento real de 1,31%.

Itens da CCT	2018
pisos após 90 dias	
Portaria	R\$ 1.605,19
Escritório	R\$ 2.302,52
Caixa e Tesoureiro	R\$ 3.110,40
Auxílios	
Auxílio-Refeição	R\$ 35,18
Auxílio-Alimentação	R\$ 609,87
13º Auxílio Alimentação	R\$ 609,87
Auxílio creche/babá (filhos de até 71 meses)	R\$ 468,42
Remuneração variável	
PLR-Regra Básica	
90% do salário + valor fixo	R\$ 2.355,76
PLR-Parcela Adicional	R\$ 4.711,52
Antecipação PLR	
54% do salário + valor fixo	R\$ 1.413,45
Teto antecipação parcela adicional	R\$ 2.355,76

CAIXA

AMEAÇAS QUE FORAM AFASTADAS PELA RESISTÊNCIA DOS EMPREGADOS E NAS NEGOCIAÇÕES

- O governo, através do Conselho de Administração da Caixa, queria limitar a distribuição de lucros ao teto de 6,25% do lucro líquido, o que reduziria o valor da PLR paga aos bancários para menos da metade;
- O pagamento da PLR Social não estava garantido e foi mantido;
- A resolução 23 da CGPAR, uma sentença de morte para o Saúde Caixa, foi rechaçada nas negociações da Campanha 2018, garantindo a manutenção do Saúde Caixa no ACT. Mas a luta para eliminar definitivamente essa ameaça continuará;
- O Conselho de Administração, a serviço dos banqueiros e do capital privado, tentou transformar a Caixa em Sociedade Anônima, abrindo caminho para a sua privatização. Essa ameaça foi afastada com a mobilização dos trabalhadores e da população em 2017.

BANCO DO BRASIL

PLR

Mantido o modelo de PLR no BB.

INTERVALO DE ALMOÇO



O intervalo de almoço dos funcionários com jornada de oito horas agora pode ser reduzido para 30 minutos, de forma facultativa. Já para os funcionários de seis horas foi mantido o modelo atual, sem registro de ponto, sendo que qualquer mudança será discutida ao longo do processo de negociação permanente.

No caso de horas extras, o tempo mínimo de intervalo para o funcionário de jornada de seis horas poderá ser de 30 minutos. Diferente de como ocorria antes, quando o funcionário era obrigado a fazer uma hora de intervalo.

BANCO DE HORAS

Os funcionários têm seis meses para a compensação das horas extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado. Caso a compensação não ocorra em até seis meses, o saldo de horas será convertido em espécie e pago no mês subsequente com o devido adicional de hora extra, ou seja, uma hora e meia.

MANUTENÇÃO DAS TRÊS AVALIAÇÕES



Foi mantida a cláusula do Acordo Coletivo que garante a observação de três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, para efeito de descomissionamento.

MESAS TEMÁTICAS

O acordo também manteve a mesa temática sobre Saúde e Segurança no Trabalho, e estabeleceu duas novas: sobre Teletrabalho e Escritórios Digitais; e sobre Entidades Patrocinadas de Bancos Incorporados.

OUTRAS



O acordo também inclui um dia de luto para falecimento de padrastos e madrastas. E o trabalhador poderá optar pelo recebimento do vale-transporte em dinheiro ou em cartão magnético.

REINTEGRAÇÕES 2018

O ano de 2018 mais uma vez foi marcado pelas conquistas obtidas pelas ações do SEEB-RO junto à Justiça do Trabalho, principalmente assegurando o direito ao emprego a bancários no Estado. Nos últimos doze meses o Sindicato conseguiu a reintegração de empregados tanto via judicial quanto pela via administrativa, ou seja, soluções extrajudiciais tomadas entre o Sindicato e instituições financeiras.

ITAÚ: 4 reintegrações via judicial

BRASESCO: 2 reintegrações via administrativa e uma via judicial (Ouro Preto do Oeste)

SANTANDER: 1 reintegração via judicial

